

O POSVÉRBIO EM PORTUGUÊS

Maria Elizabeth Fonseca Saraiva

**Professora do Departamento de Letras Vernáculas
Universidade Federal de Minas Gerais**

PROJETO GRÁFICO DA CAPA

Sonia Marcia Corrêa

Cláudio Rezende

DATILOGRAFIA E REVISÃO

Sob responsabilidade da autora

PUBLICAÇÃO

**Departamento de Letras Vernáculas da Universidade Federal de Minas Gerais
Núcleo de Assessoramento à Pesquisa da Faculdade de Letras da Universidade
de Federal de Minas Gerais**

**Pesquisa realizada no primeiro semestre de 1991, em período
de licença sabática**

ENDEREÇO PARA CORRESPONDÊNCIA

**NÚCLEO DE ASSESSORAMENTO À PESQUISA DA FACULDADE DE LETRAS/UFMG
AV. ANTÔNIO CARLOS, 6627 - SALA 2051 - 2º ANDAR
31.270 - BELO HORIZONTE - MINAS GERAIS - BRASIL**



Normas para publicação nos Cadernos de Pesquisa do NAPq

- 1- Os trabalhos deverão ser encaminhados na forma final para publicação, de acordo com o modelo fornecido pelo NAPq.
- 2- Deverão ter o mínimo de 20 (vinte) páginas e o máximo de 60 (sessenta) páginas e deverão ser datilografados com o tipo COURRIER, em espaço de 1,5 (um e meio). Termos ou expressões sublinhados deverão vir em itálico.
- 3- Subtítulos deverão ser datilografados em caixa-baixa, em negrito, alinhados à margem esquerda. Os parágrafos deverão ser alinhados com quatro toques a partir da margem.
- 4- As notas e referências bibliográficas deverão vir no final do trabalho e deverão seguir as normas em vigor da ABNT.
- 5- Em página separada deverão vir o título do trabalho, em caixa-alta, o nome do autor, em caixa-baixa, seguido de seus dados curriculares em forma sucinta.
- 6- Os trabalhos, de inteira responsabilidade do autor, deverão ser enviados ao NAPq, via departamentos da FALE-UFMG, de acordo com os critérios de seleção que julgar pertinentes.
- 7- Deverão estar relacionados com as linhas de pesquisa departamentais e/ou do curso de Pós-Graduação da FALE-UFMG.

AGRADECIMENTOS

ao Setor de Língua Portuguesa da FALE,
que me concedeu Licença Sabática du-
rante o primeiro semestre de 1991;

aos colegas e alunos que contribuíram
com suas sugestões e àqueles que se
dispuseram a responder aos testes pro-
postos.

Sumário

1. Introdução	01
2. A análise dos dados	05
2.1. Metodologia	06
2.2. Os dados focalizados	08
3. Os princípios gerais subjacentes aos dados analisados	30
4. Conclusão	40
Notas	41
Referências bibliográficas	43

1 - Introdução

Neste ensaio¹, pretendo reexaminar a noção de posvêrbio, inicialmente desenvolvida por Nascentes (1967), à luz de novos parâmetros lingüísticos. Desse modo, vou-mé apoiar no conceito de transitividade, conforme entendido por Kopper e Thompson (1980), nos subsídios teóricos fornecidos pela teoria da prototipicidade, ad vogada por Givón (1984), dentre outros, e, principalmen te, no princípio da iconicidade, formulado por Haiman (1983).

Como se sabe, em O problema da regência, Nascentes assim conceitua posvêrbio:

Aparece às vezes depois de certos verbos uma preposição que lhes modifica o sentido e não rege de fato a palavra que serve de objeto a esses verbos.

Esta preposição corresponde a um verdadeiro morfema.

Não podendo tal morfema receber o nome de sufixo, pois não faz corpo com o verbo, à semelhança do prevêrbio, pode dar-se-lhe o nome de posvêrbio.

Ex: arrancar e arrancar de. É transitivo direto num e noutra caso. O posvêrbio de lhes trouxe a significação de uso do objeto arrancado.²

(Op.cit.,p.17)

Aquí, neste trabalho, vou usar o termo posvêrbio num sentido amplo, aplicando-se não somente aos casos estudados por Nascentes, mas também a outros não mencionados por ele, em que uma preposição pode-se inserir entre o verbo e seu complemento, ocasionando com isso uma interpretação semântica diferente, em alguns aspectos, daquela em que o objeto se liga diretamente ao verbo.

Tendo em vista os pressupostos teóricos em que vou-me basear, não adotarei a posição de que o verbo é "*transitivo direto num e noutro caso*". Interessa-me, sobretudo, analisar e contrastar as sentenças com e sem posvêrbio e investigar como se situa cada uma delas numa escala de transitividade concebida nos moldes de Hopper e Thompson, acima referidos.

A seguir, é meu objetivo captar e explicitar os princípios gerais, referentes à relação sintaxe/semântica, subjacentes à configuração dessas estruturas.

No que concerne ao conceito de transitividade, tal como defendido pelos lingüistas mencionados, num trabalho anterior (Cf. Saraiva, 1990) tive já a oportunidade de entrar em detalhes sobre a teoria desenvolvida no clássico artigo "Transitivity in grammar and discourse". Para a presente discussão, vou apenas resumir alguns aspectos mais diretamente relacionados com o tópico aqui tratado. Assim, um ponto a ser destacado refere-se ao fato de que Hopper e Thompson consideram a transitividade como uma propriedade geral da oração como um todo. Desse modo, levantam 10 traços, alguns referentes ao sujeito, outros ao verbo e outros, ainda, ao complemento, que caracterizariam o que denominam de sentença transitiva típica. À medida em que certas estruturas deixassem de apresentar algum(s) desse traços, iriam sendo alocadas em pontos diferentes de uma escala, de tal modo que se torna possível conceber sentenças mais ou menos transitivas.

O quadro abaixo sintetiza o conjunto das características em que se apoiaram os referidos gramáticos³:

	<u>Oração mais transitiva</u>	<u>menos transitiva</u>
a) "chinese"	ação	não-ação
b) aspecto	perfectivo	não-perfectivo
c) pontualidade	pontual	não-pontual
d) afirmação	afirmativa	negativa
e) modalidade	"realis"	"irrealis"
f) participante	2 ou mais partici- pantes	1 participante
g) agentividade	mais agente	menos agente
h) volição	mais volitivo	menos volitivo
i) afetação do objeto	objeto totalmente afetado	objeto não afetado
j) individuação do objeto	objeto mais indivi- dualizado	objeto não indi- dualizado

Através desse quadro, portanto, verifica-se que, numa sentença transitiva canônica, a ação é "transferida" de um agente típico (isto é, "um iniciador/controlador consciente da ação, marcado com o traço [+ volitivo]"⁴) a um paciente típico (participante que se caracteriza por representar um ser bem individuado - tanto com relação ao sujeito quanto com relação à sua própria classe - e totalmente afetado pela ação).

É necessário que se tenha em mente esse conjunto de propriedades, principalmente as que concernem ao objeto, para que se possam avaliar adequadamente, mais à frente, as orações com posvérbio.

Por fim, parece ser conveniente, ainda, sintetizar alguns pontos referentes à teoria da prototipicidade, para que se possa compreender devidamente a proposta de Hopper e Thompson, acima esboçada, assim como as hipóteses que serão levantadas na 3^a seção, com referência às estruturas aqui focalizadas.

Givón (1984), em seu livro Syntax - Afuncional -

a necessidade (defendida também em outros trabalhos seus) de se buscar uma descrição explícita, sistemática e compreensiva da "sintaxe, semântica e pragmática como um todo unificado."

É no primeiro capítulo, todavia, que expõe explicitamente a sua concepção de uma abordagem prototípica dos fatos lingüísticos. Inicia a sua argumentação relembrando que Chomsky, no artigo de 1961 - "On the notion 'rule of grammar'" - , definiu gramática, e língua, como um mecanismo puramente formal cujas categorias são claras e discretas, e cujas regras, à semelhança das "leis" da física, são possíveis de serem determinadas dedutivamente e sem exceção⁵.

Porém, contrariando essas expectativas, Givón destaca que, ao se investigar dados reais, colhidos da língua em uso, descobre-se que

*tanto as categorias semântico - gramaticais quanto as "regras da gramática" exibem uma categorização apenas parcial: as categorias se adaptam às suas definições básicas na maioria dos casos, e as regras obedecem às suas descrições estritas na maioria das vezes. Mas fica sempre de fora dessas categorias/regras estritamente definidas um conjunto de "messy residue".*⁶

Buscando, então, uma maneira mais realista de "lidar" com os dados lingüísticos é que Givón propõe uma abordagem prototípica. Segundo sua maneira de ver, esta é uma solução híbrida, na medida em que admite a existência de um contínuo entre categorias diferentes assim como no interior de cada categoria mesma. Além disso, segundo essa perspectiva, as categorias lingüísticas e cognitivas naturais não são definidas em termos de uma única ou poucas propriedades ("suficientes e necessárias"). Ao contrário, as categorias que se distribuem ao longo do contínuo são formadas pela interseção de um conjunto de traços típicos ou característicos, traços esses que tendem a coincidir estatística e

2- A análise dos dados

Tendo em vista os subsídios teóricos esboçados na seção anterior, a seguir pretendo analisar uma série de orações portando verbos cujos complementos podem vir ora introduzidos pelo posvérbio ora sem esse elemento. As hipóteses que pretendo investigar podem ser assim resumidas:

a) em primeiro lugar, tenho a intenção de verificar se há evidência a favor de uma correlação mais direta entre forma/interpretação semântica, de tal modo que a presença ou ausência da preposição na estruturação sintática da frase acarreta mudança no seu sentido;

b) num segundo momento, desejo situar esses tipos de sentenças num quadro geral das estruturas transitivas, tal como anteriormente formulado;

c) finalmente, é meu objetivo ver até que ponto os dados em foco fornecem, ou não, comprovação empírica para a seguinte afirmação de Possenti (1988):⁸

(...)os interlocutores não são nem escravos nem senhores da língua. São trabalhadores. (...) o falante (...), submentendo-se ao que é determinado (...), no momento em que fala, considerando a situação em que fala e tendo em vista os efeitos que quer produzir, escolhe, entre os recursos alternativos que o trabalho lingüístico de outros falantes e o seu próprio, até o momento, lhe põem à disposição, aqueles que lhe parecem os mais adequados. (Grifo meu)

2.1- Metodologia

Para a análise dos dados que apresento abaixo , procedeu-se à seguinte metodologia: numa primeira instância, foram distribuídos 40 testes para alunos do Curso de Graduação da FALE/UFMG. Nestes testes havia 11 pares de frases distribuídas assim: em (a), aloca-ram-se as orações cujos complementos do verbo se apresentavam desacompanhados de preposição e, em (b), aquelas cujos complementos vinham introduzidos por esse elemento. Solicitou-se:

1º) que os alunos emitissem julgamentos quanto à aceitabilidade, ou não, das sentenças;

2º) que, nos casos de sentenças consideradas aceitáveis, indicassem se observavam, ou não, alguma diferença na aceção das orações com e sem preposição.

É necessário esclarecer que, para a seleção das sentenças apresentadas para o teste, foram escolhidos os verbos de uso corrente. Em alguns casos como, por exemplo, o de (1) (b), que antecipo aqui

(1) (b) Maria pisou na grama.

não se levou em conta, de antemão, a posição de alguns gramáticos normativos que condenam tais estruturas (Cf. Martins e Zilberknap (1979))⁹, uma vez que o objetivo é, exatamente, verificar o comportamento dos falantes do português contemporâneo face à língua que dominam. Construções como a de (1) (b) são muito frequentes na língua atual e, como se verificará a seguir, não causaram nenhuma estranheza aos entrevistados.

A propósito desses últimos, deve-se ressaltar que a escolha da classe universitária para os informantes (alunos, no 1º teste, e professores, no segundo) deve-se ao fato de que esses são representantes da chamada

"classe culta", cujo dialeto é focalizado na minha pesquisa como um todo.

Numa segunda etapa da investigação, os testes foram aplicados a 15 outras pessoas (alunos da Pós-Graduação e docentes da FALE/UFMG), visando a verificar se haveria diferenças significativas nos julgamentos emitidos.

Ainda, nesta etapa, os testes obedeceram a duas fases distintas: a primeira, semelhante ao que se efetuou com os alunos da Graduação, ou seja: apenas foi solicitado que opinassem sobre a aceitabilidade das frases e sobre a possibilidade, ou não, de aceções diversas. O teste, portanto, foi aberto a todas as interpretações que os falantes captassem.

Na segunda fase, porém, já houve um direcionamento das interpretações, na medida em que se solicitou que os informantes verificassem a possibilidade, ou não, de uma ou outra "leitura" para os dados apresentados. Essa segunda fase do teste teve por objetivo "checar" diferenças de sentido entre orações com e sem preposição captadas pelos entrevistados da primeira etapa.

Uma vez que não pude observar diferenças significativas entre as interpretações fornecidas pelos alunos da Graduação, da Pós-Graduação e os professores, os resultados arrolados a seguir refletem os julgamentos dos informantes considerados em sua totalidade.

Ainda, conforme será possível verificar com a análise dos dados apresentada abaixo, a maioria dos entrevistados constatou alteração no sentido das frases com e sem preposição introduzindo o complemento do verbo.

Para os comentários que acompanham cada par de dados, foram consideradas as interpretações captadas por mais de 50% dos informantes. Em alguns casos, porém, serão mencionadas algumas observações avulsas, feitas por alguns dos entrevistados, que, apesar de mais distoantes em relação à maioria, não deixam de ser interessantes para a análise em pauta.

2.2- Os dados focalizados

Nesta seção, vou proceder à apresentação e análise dos dados que constituem o objeto de estudo deste texto. Conforme mencionado anteriormente, os pares de frases que seguem integraram os testes que foram submetidos à apreciação dos informantes. Apenas as orações de (4), (5) e (6) constituem exemplos avulsos, testados em etapa posterior, com o intuito de verificar se as interpretações atribuídas a (3) se confirmavam. Já as sentenças de (7) e (8) são dados fornecidos pelos próprios entrevistados, a título de ilustração de seu ponto de vista.

Como tive ocasião de esclarecer, nas orações de (a) os complementos ligam-se diretamente ao verbo, enquanto em (b) vêm introduzidos pela preposição. Atente-se, pois, para as seguintes orações:

(1) (a) Maria pisou a grama.

(b) Maria pisou na grama.

O exemplo acima é interessante na medida em que, dos 55 testes analisados, apenas 5 informantes não aceitaram (1) (a), achando-a uma frase estranha, enquanto 2 outros consideraram que ambas as sentenças comportam a mesma interpretação. Os restantes 48 entrevistados apresentaram uma uniformidade de julgamento muito grande no que concerne às diferenças semânticas entre as duas orações. Abaixo cito algumas de suas considerações, a título de ilustração:

"Em (a), dá a impressão de que Maria pegou um pouco de grama e pisoteou. Já em (b), a interpretação é que Maria caminhou sobre a grama, normalmente."

"A preposição muda o sentido. Na primeira oração tem-se a impressão de que Maria está 'massacrando' a grama com os pés e, na segunda, imaginamos que Maria apenas colocou os pés na grama."

"No primeiro exemplo parece que 'a grama' é o ser mais importante, é como se fosse de grande importância que aquela grama específica não fosse pisada, e Maria o fez. O segundo exemplo não dá esse realce à grama."

"Em (a) 'a grama' é mais personalizada, sofre mais"

"Na letra (a) há a idéia de 'socar'- a grama é um verdadeiro 'paciente'. Já em (b) a idéia é de 'andar pela grama'."

"No exemplo da letra (a), 'pisar' tem o sentido de 'machucar', dá a sensação de pisou com força, com vontade; no exemplo da letra (b), dá-se a idéia de que Maria pisou muito superficialmente."

"Em (a), há a idéia de amassar a grama e, em (b), a grama é apenas um lugar."

"Em (a), Maria amassou a grama com raiva, de propósito e a deixou amassada, pisada. Em (b), Maria apenas pisou na grama sem causar-lhe maiores danos."

"(a) parece-me mais volitivo que 'pisar em'."

"Em (a), Maria pisou intencionalmente, deliberadamente, na grama (talvez para estragá-la).

Em (b), ela não o fez intencionalmente."

"Pisar a grama parece que engloba todo um gramaço. Pisar na grama dá idéia de determinado local do gramaço."

"A preposição 'na' (em+a) ênfatisa mais a ação de 'pisar' (pisar em algo)."

Dos comentários acima conclui-se que não somente os falantes aceitam as duas sentenças focalizadas, mas também captam diferenças semânticas nítidas conforme o verbo "pisar" venha, ou não, acompanhado de posvérbio. Potanto, por um lado, não cabe aqui insistir apenas na regência de (a), em detrimento de (b), conforme o fazem alguns autores, como os referidos mais acima. Por outro lado, também deve-se observar que o usuário da língua, tendo à sua disposição meios de expressão diferentes, poderá optar por uma ou outra construção dependendo da sua intenção comunicativa, dos efeitos de sentido que desejar produzir.

Com relação a esse fato, verifica-se que a oração (a), para quase a totalidade dos informantes, realça o caráter de paciente do complemento verbal, sendo que muitos entrevistados destacaram, ainda, a interpretação de "a grama" como um ser específico, bem individuado e inteiramente atingido pela ação de pisar, de tal modo que chegaram mesmo a fazer referência à mudança de estado/condição de "a grama" após o ato executado. Foi sugerida, dentre outras, a acepção de "esmagar com os pés" para o verbo "pisar" em (a). Além disso, também foi realçado o caráter de agente típico do sujeito desta oração, marcado positivamente para os traços de volição / intencionalidade.

Já com referência à frase (b), pode-se considerá-la mais neutra quanto ao resultado da ação, quanto à mudança efetuada no objeto, o qual não é percebido como paciente mas como locativo. Não há a sugestão de "estragar a grama com os pés", mas simplesmente a acepção de "caminhar sobre um terreno gramado".

É interessante, ainda, destacar a diferença captada pela maioria dos entrevistados de que, em (b), sugere-se que apenas parte da extensão do terreno teria sido percorrida pelo sujeito da oração.

A propósito desse último, os falantes também não se manifestaram quanto à possibilidade de uma "leitura" com os traços [+ volitivo] / [+ intencional] para ele, o que nos leva à conclusão de que essa interpretação é menos evidente (ou menos relevante) neste caso.

Convém destacar, finalmente, a oposição apresentada por diversos entrevistados, segundo a qual, em (a), "a grama" é o alvo da ação, sendo que o interesse do falante se volta para esse alvo. Já em (b), o centro de atenção se torna a ação em si.

Adiantando, de certo modo, uma das conclusões a ser apresentada mais à frente, essa interpretação coaduna-se com a idéia de um caráter menos transitivo da frase em questão, uma vez que o elemento focalizado em primeiro plano passa a ser o verbo, sendo que seus argumentos, principalmente o segundo ("rebaixado" a locativo), ficam mais obscurecidos, num segundo plano.

A seguir, em (2), apresenta-se um outro exemplo com o mesmo verbo "pisar" em contextos semelhantes ao de (1). O objetivo da inserção desse caso, no teste proposto, foi "checar" a extensão das observações apresentadas com relação a (1). Observem-se estas frases:

(2) (a) Pisei o pé de Maria.

(b) Pisei no pé de Maria.

Também aqui os informantes fizeram um contraste entre "ação voluntária" e objeto "paciente", em (a), e "ação involuntária" e complemento "locativo", em (b). Houve quem insistisse mesmo em que, em (a), pode-se parafrasear a oração com: *"sapatêei em cima do pé dela."* Outros, ainda, afirmaram que *"o pé todo foi atingido em (a)"*, enquanto, em (b), *"o pé é percebido como 'um lugar' apenas"*.

Logo, os dados de (2) confirmam as intuições captadas com referência a (1). É interessante notar-se, também, que a favor dessas "leituras" explicitadas pelos informantes pode-se mencionar o fato de que as re-

tomadas anafóricas dos complementos do verbo são diferentes em (a) e (b). As frases de (a) admitem um tipo de retomada pronominal que se caracteriza, segundo Perini (1989, p.101), como um dos traços do objeto direto típico. Vejam-se:

(1) (a) O que Maria pisou?
Maria pisou a grama.

(2) (a) O que pisei?
Pisei o pé de Maria.

Já os exemplos de (b) admitem retomadas que reforçam seu caráter de locativo:

(1) (b) Onde Maria pisou?
Maria pisou na grama.

(2) (b) Onde pisei?
Pisei no pé de Maria.

A seguir, atente-se para os exemplo de (3):

(3) (a) O tiro acertou o alvo.
(b) O tiro acertou no alvo.

Com referência a essas frases, apresentou-se uma situação diferente daquela de (1) e (2): em primeiro lugar, 14 dos informantes não captaram qualquer mudança na interpretação semântica das orações em foco; por outro lado, houve uma distribuição curiosa entre os julgamentos daqueles que assinalaram acepções diversas para essas sentenças. Ou seja: 29 dos entrevistados atribuíram a (a) um tipo de "leitura" que corresponde exatamente àquela atribuída a (b) pelos outros 12.

Desse modo, para 29 dos entrevistados, (a) difere de (b) na medida em que se assina a exatidão do tiro, o qual alcançou a "mosca", "o alvo desejado". Já em (b), para esses mesmos falantes, sugere-se menos precisão quanto à localização do tiro, que pode ter-se situado apenas nas imediações da "mosca".

Dentre esses informantes, alguns chegaram mesmo a realçar uma oposição entre objetivo alcançado em (a) e lugar atingido em (b). Observem-se as seguintes citações:

"Em (a), o alvo inteiro foi acertado; em (b) o tiro acertou alguma parte do alvo."

"Na frase (a), o tiro acertou o objeto chamado alvo; ou então significa que acertou o objetivo. Já em (b), o tiro acertou um lugar do objeto chamado alvo."

"Na primeira frase o tiro acertou o lugar almejado, o ponto determinado. Na segunda o tiro pode ter acertado em qualquer parte do alvo." (É interessante notar que esse informante apresentou os desenhos (a) e (b) que correspondem, respectivamente, às frases em pauta (3) (a) e (b):



"Em (a) o tiro acertou 'o que' deveria acertar. O objeto. Em (b) o tiro acertou 'onde' deveria acertar. O lugar."

"acertar: atingir no lugar exato."

acertar em: atingir em qualquer lugar do alvo (não necessariamente no desejado)."

Como já se afirmou acima, tais interpretações são invertidas para o restante das pessoas consultadas, como se pode comprovar abaixo:

"Acertar o alvo = sem maior exatidão."

Acertar no alvo = acertou mais, bem no meio do alvo. Aqui parece que o locativo é mais forte."

"'Acertar o alvo' parece 'atingir o alvo'.

'Acertar no alvo' significa 'alcançar o ponto exato'."

"Em (a) há o sentido de 'atingir'; em (b) o tiro foi preciso, acertou 'na mosca'."

Portanto, não há uniformidade na distribuição desses julgamentos, embora a maioria concorde em que há a cepções diferentes para (3) (a) e (b). Por isso, numa etapa posterior, resolvi testar mais algumas frases avulsas (4), (5) e (6) em que "acertar" aparece acompanhado de outros argumentos. Nesses casos houve um direcionamento mais evidente com referência à interpretação das sentenças, no sentido de se favorecerem julgamentos próximos aos do grupo dos 29 entrevistados de (3). Eis as frases em questão:

(4) (a) O policial acertou a perna da mulher.

(b) O policial acertou na perna da mulher.

Quase todos os consultados apontaram o traço [+ intencional] para (4) (a) e [+ casual] para (4) (b), além de assinalarem maior exatidão/precisão em (a). Foi sugerido, ainda, o fato de que, em (a), supõe-se que a mulher "caiu ferida", sendo que, em (b), isso pode não ter ocorrido.

Por fim, houve ainda algumas pessoas que estabeleceram um contraste entre todo X parte para (4) (a) e (b) respectivamente. Para essas pessoas, em (4) (a) entende-se que "a perna toda, como um todo foi atingida"; já com referência a (4) (b), supõe-se que "o policial acertou em alguma parte da perna da mulher."

(5) (a) A pedra acertou a perna da mulher.

(b) A pedra acertou na perna da mulher.

Quanto a essas orações, por terem sujeito marcado como [-humano], não se cogitou do traço intencionalidade; contudo foi mencionada a característica "maior precisão" para (5) (a), sendo que muitos assim se manifestaram com relação a (5) (b): "a pedra pode ter atingido qualquer parte da perna da mulher, sem necessariamente tê-la machucado."

Mais um exemplo avulso, apresentado para averiguar as diferenças de interpretação das estruturas contendo o verbo em tela, é o seguinte:

- (6) (a) Joãozinho acertou o gol.
 (b) Joãozinho acertou no gol.

No que concerne a essas estruturas, a maioria dos informantes deixou claro que, em (b), salienta-se o lugar, "gol", delimitado pelas traves e rede, tanto que se pode fazer a seguinte pergunta:

- (6') (b) Onde Joãozinho acertou?
 Joãozinho acertou no gol.

Já com relação a (6) (a) pode-se interrogar:

- (6') (a) O que Joãozinho acertou?
 Joãozinho acertou o gol.

Demonstra-se, pois, que "o gol", aqui, pode ser tomado como "jogada/lance" ou "objetivo/meta" a ser alcançado/a no jogo.

Para muitas pessoas consultadas, (6) (a) traz também a idéia de manejo, destreza, habilidade ou controle por parte do sujeito/agente.

É digno de nota, ainda, o fato de que certos informantes se envolveram de tal maneira com as questões postas que passaram, eles mesmos, a sugerir outras frases que confirmassem suas intuições. Assim, um dos entrevistados apresentou as sentenças que seguem, com o intuito de destacar sua interpretação de "maior domínio" por parte do agente e uma relação "mais completa, direta e imediata" entre o verbo e o complemento, quando esse ocorre sem preposição:

- (7) (a) *Ele acertou as questões da prova.*
 (b) **Ele acertou nas questões da prova.*

Como se vê, para esse falante, quando o verbo "acertar" não apresenta também a acepção de "alcançar", "atingir" (comportando, pois, a idéia de um locativo que pode ser introduzido por em), mas somente a de "ser bem sucedido", rejeita a preposição introduzindo seu objeto.

Ainda, para esse mesmo falante, das orações de (8), abaixo, em que se supõe o traço [+ volitivo] para o su jeito, somente (a), sem a preposição, é bem formada. (b) parece-lhe estranha devido à contradição que se estabelece entre a idéia de intencionalidade (reforçada pela locução adverbial) e as de casualidade e menor precisão que podem ser sugeridas pela preposição neste contexto:

- (8) (a) *Ele mirou bem e acertou a perna dela de propósito.*
 (b) *??Ele mirou bem e acertou na perna dela de propósito.*

Dando continuidade à apresentação das orações que integram os testes, examinem-se as seguintes estruturas:

- (9) (a) Os dados apontam a direção do caminho a seguir.
 (b) Os dados apontam na direção do caminho a seguir.

A análise das orações acima demonstrou unanimidade quanto às diferenças de interpretação. Embora, obviamente, as maneiras de se expressar fossem diversas, todos os informantes registraram que, em (a), parece haver, por parte do falante, maior certeza quanto à relação dados/caminho a seguir. É como se o falante avaliase que, na primeira dessas orações, há uma única direção correta possível, apontada pelos dados. Sugere-

se algo parecido com uma relação de causa/efeito.

Por outro lado, em (b), segundo os entrevistados, interpreta-se que os dados apontam uma das possibilidades de direção a seguir, havendo a probabilidade de um dos caminhos visualizados através dos dados ser o adequado, mas não há certeza absoluta quanto a esse fato. De certo modo, em (b), o falante exime-se de responsabilidade ao fazer sua afirmação.

Comprovem-se esses fatos, por exemplo, com as seguintes citações:

"Em (a) a relação entre 'apontar' e 'direção(...)' é mais direta."

"Em (a) os dados apontam com exatidão; em (b) apontam mais vagamente."

"Na primeira frase a direção apontada é única e certa; em (b) a direção não foi propriamente apontada, mas, sim, sugerida. Houve algum 'detalhe', 'indício' que conduziu à direção."

"Em (a), os dados apontam uma direção específica; em (b), apontam numa direção qualquer, não determinada."

Os próximos dados submetidos à análise dos entrevistados vêm registrados em (10), abaixo:

- (10) (a) Pedro acabou o noivado na semana passada.
 (b) Pedro acabou com o noivado na semana passada.

Para 80% das pessoas consultadas, as frases acima apresentam acepções diferentes, sendo a interpretação unânime entre esses usuários a de que, em (a), o sujeito está mais diretamente envolvido no acontecimento expresso: em primeiro lugar, trata-se do noivado do pró-

prio Pedro; em segunda instância, supõe-se que esse agente teria tomado uma atitude mais direta, imediata, no sentido de pôr fim ao seu compromisso.

Com relação a (b), no entanto, o sujeito estaria envolvido mais indiretamente nos acontecimentos. Segundo os informantes em foco, pode ser que Pedro tenha sido o agente do término do noivado de outrem, não necessariamente do seu próprio. Além disso, mesmo que se referisse ao noivado do próprio Pedro (o que não é tão claro neste caso como em (a)), pode-se imaginar a interferência de meios indiretos que acarretariam o fim do compromisso. Não há, necessariamente, uma ação direta, imediata, do sujeito nesse sentido.

É interessante registrar também que, entre os comentários investigados, houve alguns que estabeleceram, ainda, uma distinção entre um compromisso determinado, particular, em (a), e a instituição - "noivado"- em (b). Verifiquem-se, pois, as observações que seguem:

"No plano semântico, a frase (a) emite-nos a idéia de que o sujeito exerce a função de acabar o seu próprio noivado. A frase (b) já nos emite a idéia de que o sujeito exerce a função de acabar, eliminar, uma das instituições vigentes: o noivado."

"Em (a) sugere-se que o sujeito deu fim a seu noivado - é algo irrecuperável. Em (b) ele estragou o noivado, mas não dá a idéia de ser algo irrecuperável. Por exemplo: posso dizer - 'eu acabei' com o meu cabelo' (mas depois darei um jeito nele, recuperá-lo-ei)."

"Em (a) Pedro rompeu o próprio noivado. Em (b) estragou o noivado de outras pessoas."

"Na primeira frase, Pedro simplesmente pôde ter terminado o noivado por decisão própria. Já na segunda frase parece que é algo que ele fez que provocou o término do noivado."

"Em (a) Pedro necessariamente terminou o seu próprio noivado. Em (b) ele pode ter acabado com o seu noivado ou com o de outra pessoa. Parece que ele teve uma atitude inadequada que estragou o noivado."

"Em (a) pode-se entender que Pedro falou com a noiva que eles haviam terminado: não iriam casar mais, por exemplo. Em (b) parece que ele fez uma bobagem e arruinou com o noivado - a relação entre os noivos ficou abalada com o fato."

"Em (a) Pedro terminou com o relacionamento. Em (b) parece que atrapalhou a festa - por exemplo: bebeu demais, brigou, etc."

"Em (a) é o noivado do próprio Pedro. Em (b) é o de outra pessoa, não o dele."

Um outro exemplo apreciado pelos informantes é o seguinte:

- (11) (a) Atirei os livros no chão.
(b) Atirei com os livros no chão.

Antes de procedermos ao exame dos dados sob a ótica dos entrevistados, deve-se registrar que Nascentes assim se expressa quanto à regência deste verbo:

"Atirar - V.Trans.Dir. : Atirei um limão doce ... (Do folclore). Aparece com um posvérbio que lhe traz carga afetiva (brusquidão): Atiramos com ela no chão (Do folclore, na cantiga da Senhora Madeira)." (Op. cit., p.49)

É digno de nota, porém, que, para alguns usuários da língua, a construção (11)(b), com o posvérbio, não parece muito natural. Embora constituindo minoria (8 pessoas apenas), esses informantes ou julgaram-na "ina-ceitável" ou consideraram-na artificial, "coisa de por-tuguês", como se manifestou um deles.

Quanto às demais pessoas, que aceitaram bem ambas as frases, todas captaram acepções diversas entre a primeira e segunda. Para a maioria absoluta (29 usuá-rios), a preposição, no contexto de (b), acrescenta a idéia de companhia ao complemento, sendo que algumas' ainda realçaram também a possibilidade da interpreta-ção de instrumento. Já com relação a (10)(a), a "leitu-ra" unânime para o objeto foi a de paciente. Observem-se, a esse respeito, os seguintes comentários:

"Em (a) os livros são atirados no chão - é o paci-ente. Em (b) os livros e a pessoa são atirados no chão."

*"(A) - atirei (joguei) apenas os livros no chão.
(B) - Eu com os livros atiramos (cair) ao chão."*

"Em (b) a idéia é de que cai com os livros no 'chão."

"O verbo 'atirar', sem preposição, significa que 'os livros foram apenas jogados no chão'. Já o verbo 'atirar' com preposição significa que ' os livros' foram o instrumento que você utilizou para desenvolver a ação."

"Em (b) suuere-se o ato de atirar-se junto com os livros no chão."

"Em (a), a idéia é apenas dos livros atirados no chão, enquanto, em (b), 'com' dá a idéia de companhia, da pessoa (eu) se atirar ao chão junto com os livros."

Logo, mesmo que o verbo em (b) não se tenha apresentado como pronominal - "atirei-me com os livros no chão" -, a "leitura" de companhia/instrumento foi a mais freqüente para a frase (b), suplantando a idéia 'de "brusquidão", sugerida por Nascentes. Essa também 'esteve presente em alguns questionários, mas em número bem inferior (10 testes apenas).

Deve-se salientar, ainda, que além da interpretação de "brusquidão", algumas pessoas insistiram também na interpretação de "violência"/"raiva", ato mais "voluntário"/"intencional", para (b), em oposição a (a).

Houve, também, informantes que se manifestaram 'quanto ao fato de, em (10) (b), a atenção deter-se, centrar-se mais no verbo que nos participantes, ao contrário de (a). Comentários deste tipo, como será desenvolvido mais à frente, são importantes, na medida em que confirmam a hipótese de uma intransitivização das estruturas portando posvérbio. Na próxima seção teremos oportunidade de esclarecer melhor essa hipótese. Por enquanto, comprovem-se essas observações com as citações abaixo:

"Em (a), o verbo sem preposição tem complemento 'paciente - 'os livros'. Em (b) a preposição enfatiza o verbo."

"Em (b) atirei os livros no chão intencionalmente"

"Em (b) há uma maior força da intenção de jogar os livros no chão."

"Na frase b, a presença da preposição 'com' passamos a idéia de que os livros foram atirados ao 'chão com mais força."

"Na frase (a), somente os livros foram atirados . Na frase (b), a preposição enfatiza mais o sentido - eu 'atirei' - ou traduz a violência com que a ação foi feita."

"Em (a), joguei os livros, que estavam em algum ' lugar, no chão. Pode não ser de propósito. Em (b), atirei de propósito, para estragá-los, ou para ' servir de arma, ou num momento de raiva."

Por fim, deve-se registrar que ainda houve informantes que imaginaram, para (b), a presença dos livros no chão no momento em que se deu a ação de atirar (no sentido de "dar tiro" em alguma coisa). Essa interpretação, porém, não foi favorecida, na medida em que apenas 5 entrevistados a destacaram.

Os dados que seguem abaixo, em (12), também integraram os testes referidos neste ensaio:

- (12) (a) Você não cumpriu a promessa que me fez.
 (b) Você não cumpriu com a promessa que me fez.

Com referência a estas frases, apurou-se que , embora ambas fossem unanimemente consideradas naturais nos questionários analisados, 40% das pessoas consultadas avaliaram que elas não suscitam diversidade de interpretação. Esse índice é bem elevado em relação ao que até aqui se observou.

Porém continua, ainda, prevalecendo o padrão geral, segundo o qual o posvérbio acarreta algum tipo de alteração no significado das orações em que ocorre

Nesse sentido, pode-se verificar que uma "leitura" freqüente para (12) (b), em contraste com (12) (a), acrescenta àquela sentença uma idéia de "cobrança" .

associada à presença da preposição, o que não se dá neste último caso. Além disso, para muitos informantes em (a), a atenção se desloca para o objeto - "a promessa" -, enquanto, em (b), o foco de interesse se torna o próprio verbo.

Comprove-se com os seguintes comentários:

"Na primeira frase, sem preposição, há apenas a 'constatação' do fato. Na segunda, há 'constatação + cobrança'. Na primeira frase, parece que a ênfase recai sobre a promessa, ao passo que, na segunda, o descumprimento tem mais peso."

"Em (a) a promessa parece ter sido mais forte."

"A - a promessa ainda não foi cumprida, mas pode vir a ser. É um comentário.

B - tem o sentido de cobrança, de reclamação, quer dizer que a promessa foi feita, mas não foi cumprida e nem será."

"Em (b) há um sentido de 'falta', de 'cobrança'."

Atente-se, a seguir, para mais um par dos exemplos submetidos ao julgamento dos entrevistados:

(13) (a) Esperei o advogado em vão.

(b) Esperei pelo advogado em vão.

Também com referência às estruturas de (13), acima, as diferenças semânticas entre as duas orações parecem menos evidentes do que nos outros casos até agora discutidos, uma vez que 45% dos entrevistados atribuíram uma mesma interpretação para (a) e (b).

Contudo a maioria (55%) não somente considerou possível ambas as sentenças como também assinalou diversidade de sentido para cada caso. Dentre esses 55%, a interpretação mais freqüente atribuí a sugestão de mais certeza quanto à vinda do advogado ou mais empe-

nho na espera, por parte do sujeito, em (b), com a pre posição, do que em (a).

Já com relação ao complemento, muitos desses falantes apresentaram a possibilidade de se entender que, na primeira dessas sentenças, "o advogado" não tinha conhecimento de que era esperado, enquanto na segunda ele sabia dessa espera.

Chamou-se atenção, ainda, para o fato de que, na oração (a) sugere-se que "esperei a pessoa", enquanto, na (b), a "chegada do advogado" é que foi esperada. Logo a pessoa como tal deixa de ser alvo de interesse nessa última frase.

Convém ressaltar, por fim, que, em vários testes, foi estabelecida uma correlação entre "espera mais pro longada"/"verbo acompanhado de preposição" e "espera mais curta"/"verbo sem preposição".

Desde já gostaria de antecipar, em parte, um dos postulados a ser desenvolvido mais adiante, referente a um aspecto do princípio da iconicidade, segundo o qual "a um maior 'volume' da forma corresponderia uma intensificação do conteúdo expresso." (Cf. Lakoff e Johnson, 1980, p.127). Os dados em foco, aqui, parecem servir de evidência empírica a esse postulado. Verificam-se, pois, os seguintes fatos:

"Na frase (a) a idéia de espera é mais curta do que na frase (b)."

*"Esperar = aguardar durante algum tempo.
Esperar por = aguardar durante um tempo maior."*

"Em (b) sugere-se uma idéia de maior intimidade, uma idéia de companhia."

"Na frase (a) parece que o sujeito não tinha certeza da vinda do advogado. Na frase (b) parece que o sujeito (eu) tinha certeza dessa vinda."

"Em (a) esperei na esperança de que ele viria, mas não tinha certeza. Em (b) tinha certeza de que o advogado viria, como se fosse combinado."

"Em (a) esperei com dúvida se ele viria. Em (b) tinha certeza de que o advogado viria e ele não veio."

"Na segunda frase o advogado foi mais esperado, era mais importante a sua vinda do que em (a)."

"Na oração (a), o advogado não sabia do encontro. Na (b), o advogado sabia do encontro."

Consideram-se, ainda, as estruturas arroladas em (14):

(14) (a) Chamei Maria inutilmente.

(b) Chamei por Maria inutilmente.

Como se sabe, segundo Nascentes, o verbo chamar, como transitivo direto, tem "o sentido de gritar para fazer aproximar ou mandar vir(...). Invocando auxílio, proteção, aparece com um posvérbio: chamar por Deus e pelos anjos (Aulete)." (Cf.op. cit.,p.57).

De fato, essas interpretações foram confirmadas por quase todas as pessoas entrevistadas, apesar de 7 delas não terem percebido mudança de acepção entre (a) e (b). Entretanto houve, ainda, o realce de certos aspectos da significação desse verbo, nos contextos acima, não cogitados por Nascentes.

Assim a maioria dos entrevistados apontou que, na primeira dessas sentenças, há a sugestão de que o objeto, "Maria", acha-se fisicamente próximo do sujeito no momento em que este a chama, de tal modo que ela é capaz de ouvi-lo. É, pois, diretamente afetada/envolvida pela ação. Além disso, pode-se, também, entender que o sujeito tem conhecimento do lugar onde "Maria" se encontra.

Já com relação a (b), os fatos sugeridos são diferentes: não só foi mencionada a interpretação de que "o objeto" se acha distante do agente, no momento em que este executa a ação, como também foi apontada a possibilidade de "Maria" nem ser atingida por esta ação, uma vez que não se supõe que ela, necessariamente, tenha ouvido o apelo.

Para muitos informantes, ainda, em (b) a atenção se detém mais no apelo, no verbo em si, que propriamente nos participantes considerados.

Confirmem-se, a seguir, essas interpretações:

"Na primeira frase, Maria parece ser chamada mais diretamente."

"Na letra (a) o agente da ação sabia onde estava Maria, mas na letra (b) ele nem sequer sabia onde ela estava."

"Há diferença. Na letra (a), parece que 'Maria' estava sendo vista pelo sujeito e, na letra (b), é como se ela estivesse distante, não podendo ser vista pelo sujeito da frase."

"Em (a), Maria foi chamada, estava perto, escutou mas não quis ir; em (b), ela foi chamada mas nem sequer ouviu o apelo."

"Na letra (a), o sentido é que Maria está por perto. Na letra (b), a preposição parece indicar que o objeto está distante, longe do 'alcance visível'."

"Na primeira frase há a idéia de que Maria está mais próxima de quem chamou, sendo vista pelo 'chamador'. A preposição dá impressão de que ela não está sendo vista pelo 'chamador'."

"Em (b) parece haver mais ênfase na ação de 'chamar'."

"A segunda frase parece demonstrar maior insistência no apelo."

Ainda merece atenção o seguinte par de sentenças:

(15) (a) Eu sou mais velho que você e sei todas essas malandragens daqui.

(b) Eu sou mais velho que você e sei de todas essas malandragens daqui.

Com referência a dados semelhantes aos de (15), Nascentes (op.cit., p.186) afirma que o posvêrbio de confere ao verbo saber a significação de "ter conhecimento, notícia, informação."

Também nesse caso os testes analisados confirmam as expectativas do autor em questão. Verifica-se, nestes testes, a insistência numa oposição entre um conhecimento adquirido de modo mais indireto, "por ouvir falar sobre as malandragens", no caso (b), e um saber adquirido diretamente, por experiência própria, no caso (a).

Além disso, muitos entrevistados apontaram a interpretação de um controle, domínio maior, mais total, por parte do sujeito da oração, na frase sem o posvêrbio. Por outro lado, quanto à oração com a preposição, foi mencionada a possibilidade de se entender que o falante procura "atenuar" a afirmação apresentada, procura comprometer-se menos, na medida em que deixa de ser tão categórico como em (a).

A título de exemplificação, observem-se esses comentários:

"Na sentença (a), parece que 'sei' por experiência. Já na (b), sei a respeito das malandragens. Já ouvi falar delas."

"Em (a) - 'sei', no sentido de ter aprendido as malandragens, poder reproduzi-las, se preciso for.
Em (b) - estou sabendo dessas estórias, sei sobre elas."

"Ele sabe todas as malandragens = tem delas um cohecimento mais objetivo, total.

Saber de = ouviu falar das malandragens."

"Em (a) o falante assume o fato de que conhece as malandragens todas, nenhuma lhe escapa. Em (b) há a idéia de partitivo - ele afirma conhecer as malandragens, mas deixa margem para entender que algumas delas possam lhe escapar."

Por fim, ainda foram submetidas a exame duas outras orações com o verbo saber em contextos como os de (15):

(16) (a) Eu sei a verdade sobre esse fato.

(b) Eu sei da verdade sobre esse fato.

As opiniões sobre as diferenças de sentido seguiram direções semelhantes às dos dados anteriores. Comprovem-se:

"Na primeira oração, eu sei a única verdade, toda a verdade. Na segunda, sei alguma coisa, algum de talhe da verdade."

"Em (a), diferentemente de (b), há a idéia de 'inteireza' da verdade, certeza quanto a essa verdade total."

"Sem a preposição - a idéia é de sei a verdade ' por uma experiência direta. Com a preposição -

eu sei a respeito da verdade, mas é como se eu não a conhecesse de fato. Só tenho notícias dela.."

"Em (a) - eu sei o que aconteceu, eu tenho acesso direto à verdade, eu 'construí' essa verdade, cheguei a essa verdade. Em (b) - eu tenho conhecimento sobre a verdade, sobre o que aconteceu - uma verdade que me chegou através de alguém."

"O saber de me parece mais partitivo, envolvendo um conhecimento não-total."

"'Saber a verdade' é saber toda a verdade.
'Saber da verdade' é saber alguma coisa."

"Em (a) o sujeito parece saber mais."

"Na primeira oração, sei uma verdade constatada ' por mim mesma. Na segunda, sei uma verdade que me foi contada."

"A pessoa da frase (a) se mostra mais consciente da 'verdadeira' verdade e a da frase (b) parece a penas saber de uma verdade imposta."

"a) saber: ter conhecimento total da verdade.
b) saber de: ter noção, idéia da verdade."

"Em (a), sei toda a verdade. Em (b), partes da ' verdade."

Feita uma síntese da avaliação dos informantes sobre as frases apresentadas no teste mencionado, a seguir, na próxima seção, vou procurar investigar os princípios gerais subjacentes a essas diferentes interpretações das estruturas focalizadas nesta parte.

3 - Os princípios gerais subjacentes aos dados analisados

Pontes (1983)¹¹ relembra-nos que "a tarefa do linguísta, como de todo cientista, é buscar as generalizações que estão por trás de fatos aparentemente desconexos" e cita Nagel em apoio às suas palavras:¹²

Explicar, establecer cierta relación de dependencia entre proposiciones aparentemente desvinculadas, poner de manifiesto sistemáticamente conexiones entre temas de información variados: tales son las características distintivas de la investigación científica.

Partindo desse pressuposto, nesta seção vou procurar explicitar os princípios gerais que governam as diferenças entre as estruturas com posvérbio e aquelas sem esse elemento. Nesse sentido, será oportuno sintetizar alguns fatos que se mostraram recorrentes na análise anteriormente apresentada.

Um primeiro ponto a ser destacado refere-se à interpretação, comum à maioria das sentenças com posvérbio, de que o foco de atenção, nesses exemplos, passa a ser a ação verbal em si, iluminada num primeiro plano, ao passo que os argumentos do verbo (sujeito e complemento) ficam na sombra, num segundo plano.

Conforme mencionado na seção precedente, observações como essa sugerem-nos que se dá um processo de intransitivização das estruturas de (b), portando preposição, em confronto com as de (a). Explico: retomando os pressupostos de Hopper e Thompson, nos quais me baseio neste ensaio, numa oração transitiva canônica a

ação verbal "passa" de um agente típico a um paciente típico, representado por um ser bem individuado e totalmente afetado pela ação. Portanto os argumentos do verbo têm um papel de relevo nesse processo, uma vez que se procura salientar essa "transferência" da ação de um participante a outro.

Já nas estruturas com posvêrbio, parece que tal elemento contribui para dar um "corpo fonológico" maior ao verbo, de modo que o maior volume da forma acarreta o efeito de sentido mencionado: uma concentração do interesse no processo verbal em detrimento dos participantes.¹³

Ora, adaptando-se o conceito tradicional de que verbos intransitivos são aqueles "*que podem conter em si toda a significação do predicado sem acréscimo de objeto*"¹⁴ ao modelo teórico aqui seguido, pode-se afirmar que as sentenças de (b), com posvêrbio, ao contrário das de (a), aproximam-se, numa escala de transitividade, das orações intransitivas, uma vez que a atenção se volta mais para o evento que para os participantes.

Além disso, esse "jogo" de iluminação/obscurcimento de elementos, que ora coloca em foco o verbo ora seus argumentos (respectivamente orações com e sem posvêrbio), ilustra também a atuação de um princípio de natureza metonímica na constituição sintático-semântica do português.

Num trabalho anterior, já tive a oportunidade de desenvolver essa idéia a propósito de um outro tipo de construção vigente em nossa língua.¹⁵ Portanto, tendo em vista os objetivos deste texto, será suficiente recordar que, para Lakoff e Johnson (1980), metonímia e metáfora são princípios gerais (e, provavelmente, universais) que se manifestam na linguagem, mas como um reflexo da função que exercem na própria configuração de nosso sistema conceptual. Desse modo, para esses lin

güistas, mais que "figuras de linguagem", trata-se de processos de natureza cognitiva, que se fazem presentes na maneira como apreendemos o mundo e como agimos no nosso dia-a-dia.

Ora, considerando-se com Lakoff e Johnson, dentre outros, que o processo metonímico se dá no eixo sintagmático e, conforme Ramos (1984), que se trata de um processo de deslocamento, que "*valoriza um ponto de vista*" com conseqüente "*obscurcimento de outros*"¹⁶, comprova-se que o descentramento do foco de interesse dos participantes para a ação verbal, acima referido, é resultado da atuação de um princípio metonímico na organização sintático-semântica do português.

Um outro fato comum a grande parte dos dados analisados diz respeito ao menor ou maior grau de afetação do objeto pelo processo verbal, conforme esse objeto venha ou não introduzido pela preposição. Paralelamente a esse aspecto, observa-se um envolvimento mais direto, um comprometimento maior do sujeito nos eventos relatados sem a presença do posvérbio em comparação com aquelas orações em que este elemento aparece.

Portanto podem-se estabelecer, para a maioria dos exemplos examinados, correlações da seguinte maneira:

<u>Estruturas com "objeto direto"</u> ¹⁷	<u>Estruturas com posvérbio</u>
objeto <u>totalmente</u> afetado	<u>partitivo</u> : objeto <u>parcialmente</u> afetado
complemento <u>paciente</u>	complemento <u>locativo</u> ou <u>instrumento</u> ou <u>companhia</u>
exatidão/precisão com referência ao objetivo/meta atingido/a	imprecisão/alvo <u>indiretamente</u> atingido
certeza, controle, manejo por parte do agente	menos controle do sujeito, probabilidade/dúvida

sujeito [+ volitivo], sujeito mais neutro ou mes-
 mais diretamente envol- mo [- volitivo]
 vido no processo

Atentando-se, pois, para as características acima resumidas, chega-se à conclusão de que, também sob este prisma, as orações com posvérbio afastam-se das transitivas canônicas, principalmente no que concerne aos traços do complemento verbal, devendo ser alocadas, numa escala de transitividade, em posições diferentes das daquelas estruturas.

Givón (1984), que também considera a transitividade como uma questão de grau, estabelece uma hierarquia entre os argumentos do verbo, conforme as características que tenham ou deixem de ter.¹⁸ Desse modo, aventa a possibilidade de certos participantes serem promovidos ao "status" de "objeto direto", o que significa, para esse autor, uma mudança na perspectiva sob a qual o evento é apresentado. Diz ele textualmente:¹⁹

Promover um objeto ao status de "objeto direto" é, na verdade, uma mudança de ponto de vista, tornando aquele objeto mais importante e, consequentemente, fazendo com que as mudanças por ele sofridas se tornem mais salientes — e portanto mais perceptíveis.

Por outro lado, lembra-nos que também o processo oposto ocorre na gramática da transitividade: o processo de demoção/rebaixamento do "status" de paciente.

Dentre as várias estratégias de demoção por ele citadas, pode-se incluir a inserção do posvérbio, uma vez que, conforme se viu, a presença dessa preposição acarreta uma alteração na perspectiva sob a qual o evento é apresentado.

Para ilustrar, lembrem-se as interpretações de locativo, instrumento ou partitivo atribuídas a muitos objetos precedidos de posvérbio. De acordo com o linguísta mencionado, essas "leiturais", hierarquicamente, representam um processo de rebaixamento do "status" de objeto direto típico. Os pares de orações que repito abaixo exemplificam, respectivamente, cada uma dessas possibilidades de interpretação, conforme assinalado na seção anterior:

(1) (a) Maria pisou a grama.

(b) Maria pisou na grama.

(11) (a) Atirei os livros no chão.

(b) Atirei com os livros no chão.

(15) (a) Eu sou mais velho que você e sei todas essas malandragens daqui.

(b) Eu sou mais velho que você e sei de todas essas malandragens daqui.

Por conseguinte, com base em Givón, pode-se depreender mais uma generalização a respeito das sentenças com posvérbio: essas orações ilustram a aplicação de uma estratégia de demoção do "status" de objeto direto, o que significa a opção por apresentar o evento sob uma ótica diferente.

A conclusão acima coaduna-se, ainda, com a posição de Possenti (1988), apresentada na seção 2. Conforme acabamos de ver, os pares de sentenças analisados neste artigo fornecem evidência empírica a favor, principalmente, dos seguintes aspectos por ele mencionados e que retomo aqui:

(...) o falante (...) escolhe, entre os recursos alternativos que o trabalho linguístico de outros falantes e o seu próprio, até o momento, lhe põem

à disposição, aqueles que lhe parecem os mais adequados.²⁰

Em favor, ainda, das considerações acima, apresento um texto publicado num jornal de 21 de junho de 1990, em que o escritor "joga" com o verbo acertar nos dois contextos estudados: com e sem posvérbio. Observe-se:²¹

Quinta-feira, 21 de junho de 1990

Collor dá um só tiro e acerta no Gol

FORMOSA, GO — A bordo do carro de combate Osório, o presidente Fernando Collor acertou ontem a cargaça de um autogol, com um único e certeiro tiro, durante o exercício de tiro real realizado no Campo de Instrução do Exército, em Formosa, a 100 quilômetros de Brasília. O presidente operou também o lançador de foguetes Astros II e assistiu ao disparo de outros. O exercício custou US\$20 mil, Cr\$1,76 milhão, que corresponde a 455 salários mínimos.

"Vocês estão de parabéns por terem feito um dos melhores carros do mundo, em condições de competir de igual para igual, com os existentes nos países do primeiro mundo" — disse o presidente Fernando Collor a Ricardo Furlan e Katsuko Ueda, técnicos da Engesa, empresa fabricante dos equipamentos belicos, que o acompanharam durante o trajeto de quatro quilômetros, em que o presidente pilotou o carro de combate.

Os técnicos relataram que o presidente ficou impressionado com o Osório. Ricardo Furlan afirmou que o presidente Collor deu uma boa risada quando verificou que acertou o alvo, depois de apenas cinco minutos de instrução, "o que demonstra que ele é muito bom de mira e que o equipamento é de fácil manuseio".

Vou deixar de lado, aqui, o fato de que se explora, na manchete, o sentido literal de tiro e Gol, num contexto político propício à interpretação metafórica desses termos, uma vez que ainda estava presente na memória do povo a promessa de Collor de acabar com a inflação com um só "tiro". Para o que nos interessa mais de perto, atente-se para o uso do posvérbio na frase — "Collor dá um só tiro e acerta no Gol" — em confronto com as duas sentenças que aparecem no texto: "(...) o presidente Fernando Collor acertou ontem a carcaça de um automóvel Gol" e "(...) Collor deu uma boa risada quando verificou que acertou o alvo depois de apenas cinco minutos de instrução."

Recordando as interpretações destacadas nos testes analisados, as frases em que o verbo acertar vem acompanhado de objeto direto sugerem "destreza" e "controle" por parte do agente e a "exatidão"/"precisão" com que se atinge o alvo desejado. Por outro lado, nas sentenças em que a preposição está presente, diluem-se as expectativas de "manejo", "destreza" e "precisão".

Verifica-se, pois, que o autor do texto acima "joga" com as duas construções, produzindo, assim, efeitos de sentido diferentes. A frase com posvérbio, na manchete, sugere que não era previsível que o presidente acertasse o alvo, uma vez que não se espera tal habilidade de um presidente. (Seria de se esperar de um militar, por exemplo).

Por outro lado, surpreendentemente, Collor demonstra um bom desempenho com a arma. Para relatar esse fato, o escritor opta pelas sentenças com objeto direto, uma vez que seu intento é (dentre outros) salientar a habilidade do presidente que, com poucas instruções, atingiu o alvo e, além disso, destacar o fácil manuseio da arma em questão.

Desse modo, com referência às estruturas em foco, fica mais uma vez ilustrado o fato de que o falante tem,

a seu dispor, meios de expressão diferentes e de que se pode escolher uma ou outra construção, dependendo dos efeitos de sentido que deseja produzir.

Por fim, atendendo ainda ao objetivo de explicitar os princípios gerais subjacentes aos dados focalizados, no que concerne à relação sintaxe/semântica, deve-se destacar que as orações analisadas fornecem, também, evidência empírica para o postulado da motivação icônica, defendido por Haiman (1983), além de outros estudos de tipologia linguística.

Como se sabe, em seu artigo "Iconic and economic motivation", Haiman advoga a possibilidade de uma correspondência mais direta entre um aspecto formal e uma variedade de dimensões conceptuais. Trata-se do princípio universal da iconicidade, assim formulado: "*A distância entre expressões linguísticas pode ser um índice iconicamente motivado da distância conceptual entre os termos ou eventos que elas denotam.*"²² Ou seja: de acordo com esse princípio, a maior ou menor proximidade das formas sintaticamente estruturadas numa oração pode indicar um maior ou menor efeito do significado de uma sobre o significado da outra.

Seguindo, portanto, as previsões desse postulado, é de se esperar que, dos complementos verbais examinados neste artigo, aqueles que se ligam diretamente ao verbo, sem a intercalação da preposição, semanticamente sejam mais "afetados" pelo significado do verbo que os outros introduzidos por posvérbio.

Tal hipótese, de fato, é confirmada pela análise aqui efetuada. Conforme discutido anteriormente, os complementos precedidos do posvérbio perdem, na maioria das vezes, a interpretação de pacientes típicos e passam a ser interpretados como locativo, partitivo, instrumento, etc. Dentre outras, as sentenças de (1), (11) e (15), rerepresentadas nesta parte, exemplificam essa afirmação.

Com o objetivo, ainda, de ilustrar essa correspondência mais imediata entre forma e interpretação semântica, lembre-se, também, dos comentários a respeito das orações (10) (a) e (b), abaixo repetidas:

- (10) (a) Pedro acabou o noivado na semana passada.
 (b) Pedro acabou com o noivado na semana passada.

As "leituras" registradas privilegiaram, para (a), a interpretação de que se trata do noivado do próprio Pedro, além de suporem uma atitude mais direta desse agente no sentido de pôr término ao seu compromisso. Quanto a (10) (b), conforme visto, foi aventada a possibilidade da interferência de meios indiretos que acarretariam o fim do compromisso.

Retomemos, a seguir, as sentenças:

- (14) (a) Chamei Maria inutilmente.
 (b) Chamei por Maria inutilmente.

Como se assinalou na seção precedente, a maioria dos entrevistados apontou que, em (14) (a), "Maria" é diretamente afetada/envolvida pela ação de chamar, uma vez que se imagina uma proximidade física entre o falante (representado pelo sujeito da frase) e o ouvinte (representado pelo objeto). De acordo com tais informantes, então, interpreta-se que, em (a), "Maria ouviu o apelo e não quis atender a ele".

Com referência a (14) (b), ao contrário, foi mencionada a interpretação de que o objeto, "Maria", não foi atingido pela ação, já que se pode supor uma distância física entre os participantes do evento. Portanto é possível entender que "Maria não ouviu o apelo."

Os dados acima confirmam, desse modo, a expectativa de que a distância formal entre expressões lingüís-

ticas pode indicar, iconicamente, um distanciamento conceptual entre elas.

Além desse aspecto da distância entre constituintes, uma outra dimensão da iconicidade, comprovada empiricamente por estruturas com posvêrbio, refere-se à correlação entre maior "volume" fonético/intensificação do significado. Essa dimensão pode ser exemplificada pelas seguintes orações:

(13) (a) Esperei o advogado em vão.

(b) Esperei pelo advogado em vão.

Recorde-se que, dentre os comentários registrados com relação a essas sentenças, muitos assinalaram que, em (13) (b), a presença do posvêrbio acarreta a sugestão de uma espera mais longa que em (13) (a), o que confirma o aspecto da iconicidade acima referido.

Em síntese, nesta seção, procurei apresentar os fatos recorrentes na análise contrastiva das orações com e sem posvêrbio e explicitar os princípios gerais que governam as diferenças entre essas sentenças, no que se refere a inter-relação sintaxe/semântica.

4 - Conclusão

Neste artigo, foi meu objetivo descrever e analisar o comportamento sintático-semântico de sentenças com posvérbio em português. Para tanto, na introdução, expus sinteticamente o arcabouço teórico em que me apoiel. Trata-se dos subsídios fornecidos pela teoria dos protótipos, tal como compreendida por Givón (op.cit.), e do conceito de transitividade, nos moldes de Hopper e Thompson (op. cit.).

A seguir, na seção 2, procedi ao confronto das estruturas com e sem a preposição introduzindo o complemento verbal, visando a verificar as alterações de sentido entre elas. Tal análise baseou-se no resultado de testes aplicados a 55 informantes de nível universitário. Foram registradas as aceções atribuídas por mais de 50% dos entrevistados. Concluiu-se que a presença, ou não, do posvérbio repercute na interpretação semântica de cada caso.

Por fim, na última seção, procurei deixar claros os princípios gerais responsáveis pelas diferenças detectadas na análise contrastiva das orações em foco. Baseando-me na concepção de transitividade de Hopper e Thompson, cheguei à conclusão de que o posvérbio provoca o deslocamento da atenção dos participantes para o evento em si, o que ilustra a atuação de um princípio metonímico nessas orações, além de contribuir para um menor grau de transitividade das frases em pauta.

Ainda a favor dessa hipótese, verifiquei que os complementos introduzidos pela preposição passam a receber "leituras" como locativo, instrumento, partitivo, etc. Essas interpretações demonstram, segundo Givón (op. cit.), que se dá um processo de demção/rebaixamento do "status" de paciente típico nas sentenças com posvérbio.

Encerrando minhas considerações, procurei explicitar a relação icônica observada na análise das estruturas que foram o objeto de estudo deste ensaio.

Notas

1. Este artigo focaliza um aspecto de uma pesquisa de âmbito maior, intitulada "Graus de transitividade nos discursos oral e escrito do português", a que me venho dedicando desde 1989.
2. A ortografia das citações de Nascentes, neste ensaio, foi atualizada.
3. Cf. Hopper e Thompson (op. cit., p. 252).
4. Cf. Givón (1984, p. 20-21) apud Saraiva (op. cit., p. 6).
5. Cf. Givón (op. cit., p. 12).
6. Id. ib.
7. Id., p. 14.
8. Cf. Possenti (op. cit., p. 58-59).
9. Martins e Zilberknop, em seu livro Português instrumental (1979, p. 316), assim se manifestam quanto à regência de pisar:

Pede objeto direto. Evite construções com a preposição "EM".

Exemplos:

Pisei o pé de Maria.

Pisei a grama.

NÃO DIGA:

Pisei no pé de Maria

ou

Pisei na grama.
10. Os grifos que aparecem nas citações, nesta parte 2.2, são meus.
11. Pontes (1983, p. 50).

12. Nagel, Ernest (1984) apud Pontes (op. cit., p.50).
13. Também as sentenças com "objeto incorporado", analisadas num outro trabalho (cf. Saraiva, 1990), ilustram uma correspondência entre forma/interpretação semântica semelhante a esta.
14. Cf. Kury (1970, p. 24).
15. Refiro-me, aqui, à atuação do processo metonímico na regra de concordância verbal com o SN mais próximo ao verbo, SN esse encaixado num SN complexo. (Cf. Saraiva e Bittencourt, 1990).
16. Cf. Ramos, (op. cit., p. 183).
17. Uso aqui a terminologia tradicional para comodidade de referência aos casos em que não há posvérbio introduzindo o complemento do verbo.
18. Cf. Givón (op. cit., p. 169 e 172).
19. Id., p. 20.
20. No meu modo de interpretar esta citação, a escolha a que se refere o autor não precisa ser, necessariamente, uma escolha consciente.
21. Este texto foi-me fornecido por um aluno do Curso de Sintaxe Portuguesa do Curso de Pós-Graduação da FALE/UFMG, no 1º semestre de 1990.
Devido à maneira como se efetuou o recorte, não foi possível recuperar o nome do jornal em que a matéria foi publicada, apenas a data.
22. Cf. Haiman (op. cit., p. 781).

Referências Bibliográficas

- GIVÓN, Talmy. Syntax. A functional-typological introduction. Philadelphia, John Benjamins Publishing Company, 1984. V.1.
- HAIMAN, John. Iconic and economic motivation. Language, 59(4): 781-819, 1983.
- HOPPER, Paul e THOMPSON, Sandra A. Transitivity in grammar and discourse. Language, 56(2): 251-299, 1980.
- KURY, Adriano da Gama. Lições de análise sintática; teoria e prática. Rio de Janeiro, Fundo de Cultura, 1970.
- LAKOFF, G. e JOHNSON, M. Metaphors we live by. Chicago, The University of Chicago Press, 1980.
- MARTINS, Dileta S. e ZILBERKNOP, Lúbia S. Português instrumental. Porto Alegre, Prodil, 1979.
- NASCENTES, Antenor. O problema da regência. Rio de Janeiro, Livraria Freitas Bastos, 1967.
- PERINI, Mário Alberto. Sintaxe portuguesa. São Paulo, Ática, 1989.
- PONTES, Eunice. A ordem VS em português: tentativa de explanação. Ensaios de lingüística. Belo Horizonte, FALE/UFMG, (9): 49-70, 1983.
- POSSENTI, Sírio. Discurso, estilo e subjetividade. São Paulo, Martins Fontes, 1988.
- RAMOS, Maria Luiza. Além do princípio da imaginação. Ensaios de Semiótica. Belo Horizonte, FALE/UFMG, (12): 179-202, 1984.
- SARAIVA, M.E.F. O "objeto incorporado" em português. Relatório de pesquisa. Belo Horizonte, FALE/UFMG, 1990. (Inédito)
- SARAIVA, M.E.F. & BITTENCOURT, V.O. A concordância verbal em estruturas com SN complexo no português: um caso de interferência de fatores metonímicos e metafóricos. In: PONTES, Eunice (org.) A metáfora. Campinas, Editora da Unicamp, 1990.